

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

Veja as Notas 7 (f) e (h), e 26, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
De acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a classificação dos contratos de arrendamento como financeiros ou operacionais e o correspondente reconhecimento da receita exigem julgamento relevante por parte da Administração. A Companhia e suas controladas devem avaliar os termos e condições de cada contrato para assegurar a classificação adequada e o correto reconhecimento contábil da receita. Nos casos em que os contratos de arrendamento são classificados como financeiros, o CPC 06 (R2) requer que o arrendador reconheça o arrendamento com base no valor presente dos recebíveis, utilizando uma taxa de desconto apropriada. A determinação dessa taxa constitui um elemento crítico do julgamento da Administração, uma vez que pode influenciar de forma significativa os valores registrados nas demonstrações financeiras. A avaliação dos contratos de arrendamento como financeiro ou operacional envolve um grau significativo de julgamento e complexidade. Isso inclui a análise detalhada dos termos e condições de cada contrato, bem como a determinação da taxa de desconto apropriada para o reconhecimento de receita nos arrendamentos financeiros. A taxa de desconto é um elemento chave que pode afetar substancialmente os valores registrados nas demonstrações financeiras. O reconhecimento de receita dos contratos de arrendamento financeiro tem um impacto relevante nessas demonstrações financeiras. Eventuais mudanças na estimativa da taxa de desconto podem alterar significativamente os valores reconhecidos, influenciando os resultados financeiros reportados e a posição patrimonial.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliamos o desenho dos controles chaves implementados pela Companhia e suas controladas no processo de avaliação dos contratos de arrendamento como sendo financeiro ou operacional, e na determinação da taxa de desconto utilizada para o registro dos contratos de arrendamento financeiro; – Confrontamos o montante total da receita de arrendamento financeiro reconhecida nos registros contábeis com os relatórios suportes e gerenciais utilizados pela Administração; – Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos se o cálculo das taxas de desconto utilizadas para os arrendamentos financeiros atendem as normas contábeis para os contratos firmados em 2025; – Confrontamos, por meio de amostragem, o valor dos contratos de arrendamento financeiro utilizados no cálculo da receita com a respectiva documentação suporte, e os documentos que comprovam os recebimentos do exercício; e para os itens selecionados, recalculamos o valor da receita reconhecida; – Avaliamos, também, as divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas, verificando se estão completas e de acordo com os requisitos do CPC 06 (R2).

	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Combinação de negócio	
Veja as Notas 1.2 (b) e 7(a.i) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou combinações de negócios relevantes, envolvendo a aquisição de controle de determinadas sociedades, registradas de acordo com o método de aquisição, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 15 (R1)). A contabilização dessas transações envolve alto grau de julgamento por parte da Administração, especialmente quanto à identificação e mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Adicionalmente, a mensuração dos valores justos baseia-se em premissas relevantes e complexas, tais como projeções de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, prazos contratuais e expectativas de desempenho econômico, frequentemente suportadas por laudos de avaliação preparados por especialistas independentes.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: – Entendimento do procedimentos adotados pela administração relacionados à determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; – Leitura do contrato de compra e venda que deu suporte ao reconhecimento da operação e a aquisição de controle; – Análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, que foi produzida com auxílio de especialista externo contratado, na mensuração e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; – Comparamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, as projeções utilizadas no cálculo disponibilizado pela Companhia com dados projetados, de forma a analisarmos a razoabilidade das premissas utilizadas; – Com o apoio de nossos especialistas, comparamos com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis; – Recalculamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, as projeções preparadas que suportam a determinação dos valores justos com base nas premissas definidas; – Avaliação, com o suporte de nossos especialistas em avaliação, da razoabilidade das metodologias utilizadas nos laudos de valor justo;

	– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
--	---

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de maio de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-027609/O-9 F SP



Juliana de Lira Bilachi
Contadora CRC 1SP254945/O-7

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	18.999	3.851	100.122	107.192
Aplicações financeiras	10	-	40.360	1.179	40.360
Ativos financeiros	11	1	-	1	-
Contas a receber e ativos de contrato	12	-	-	60.304	42.462
Adiantamentos	13	567	-	26.120	21.116
Estoques		-	-	3.706	3.295
Impostos a recuperar	14.1	18.888	10.456	34.128	23.468
Despesas antecipadas		-	351	23.456	1.128
Outros créditos		6.974	5.386	1.341	11.224
Total do ativo circulante		45.429	60.404	250.357	250.245
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	10	-	42.661	-	42.661
Contas a receber e ativos de contrato	12	-	-	1.147.398	742.609
Adiantamentos	13	-	-	-	77.041
Impostos a recuperar	14.1	1.828	1.828	18.236	2.205
Despesas antecipadas		2.925	4.178	2.925	4.178
Ativos fiscais diferidos	14.3	28.943	7.265	82.875	25.778
Outros créditos		34	-	7.198	20.043
		33.730	55.932	1.258.632	914.515
Investimentos	15	901.808	671.241	-	-
Imobilizado	16	2.936	244	251.213	157.335
Intangível	17	-	-	23.755	825
Direito de uso	18	-	-	2.810	2.859
Total do ativo não circulante		938.474	727.417	1.536.410	1.075.534
Total do ativo		983.903	787.821	1.786.767	1.325.779

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	200.000	-	276.644	104.633
Arrendamentos a pagar	18	-	-	803	1.676
Fornecedores	20	2.642	433	80.426	71.735
Contas a pagar de combinação de negócios	21	-	-	48.710	60.402
Obrigações trabalhistas	22	180	54	13.484	13.498
Impostos e contribuições a recolher	14.2	396	147	21.186	11.422
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14.3	-	-	13.708	985
Instrumentos financeiros (Put Option)		-	-	20.675	-
Outras obrigações		2.001	89	9.905	11.244
Total do passivo circulante		205.219	723	485.541	275.595
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	199.461	285.317	470.061	408.356
Arrendamentos a pagar	18	-	-	53.388	31.963
Impostos e contribuições a recolher	14.2	-	-	100.044	65.552
Passivos fiscais diferidos	14.3	-	-	63.769	18.431
Instrumentos financeiros (Put Option)		-	-	32.966	-
Outras obrigações		196	15.874	1.863	3.577
Total do passivo não circulante		199.657	301.191	722.091	527.879
Patrimônio líquido					
Capital social	25	206.881	206.881	206.881	206.881
Reserva de capital		346.596	346.596	346.596	346.596
Reserva de lucros		25.550	-	25.550	-
Transações entre acionistas		-	(38.548)	-	(38.548)
Prejuízos acumulados		-	(29.022)	-	(29.022)
Patrimônio líquido controladores		579.027	485.907	579.027	485.907
Participação de não controladores		-	-	108	36.398
Total do patrimônio líquido		579.027	485.907	579.135	522.305
Total do passivo		404.876	301.914	1.207.632	803.474
Total do passivo e patrimônio líquido		983.903	787.821	1.786.767	1.325.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação do capital final)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita	26	-	-	557.012	925.478
Custos	27	-	-	(326.355)	(802.276)
Lucro bruto		-	-	230.657	123.202
Despesas gerais e administrativas	27	(47.555)	(15.783)	(131.101)	(68.105)
Outras receitas (despesas) líquidas	27	10.811	(8.335)	26.100	(10.473)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(36.744)	(24.118)	125.656	44.624
Receitas financeiras	28	37.312	54.677	55.021	64.354
Despesas financeiras	28	(57.980)	(45.987)	(115.322)	(119.725)
Resultado financeiro líquido		(20.668)	8.690	(60.301)	(55.371)
Equivalência patrimonial	15	83.016	164	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		25.604	(15.264)	65.355	(10.747)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.3	-	-	(29.811)	(1.189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.3	21.678	5.640	11.759	162
Lucro (Prejuízo) das operações continuadas		47.282	(9.624)	47.303	(11.774)
Lucro das operações descontinuadas	31	7.031	-	7.031	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		54.313	(9.624)	54.334	(11.774)
Atribuído aos controladores		54.313	(9.624)	54.313	(9.624)
Atribuído aos não controladores		-	-	21	(2.150)
Lucro (Prejuízo) por ação - em Reais		0,12	(1,31)	0,12	(1,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	54.313	(9.624)	54.334	(11.774)
Marcação a mercado recebíveis – contratos BTS	(4.405)	-	(4.405)	-
Resultado abrangente total do exercício	49.908	(9.624)	49.929	(11.774)
Atribuído aos controladores	49.908	(9.624)	49.908	(9.624)
Atribuído aos não controladores	-	-	21	(2.150)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucrs								
	Notas	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Reserva remuneração baseada em ações	Prejuízos acumulados	Transação entre acionistas	Total	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		202.466	346.596	-	-	(19.398)	-	529.664	-	529.664
Aumento de capital	25.a	4.415	-	-	-	-	-	4.415	-	4.415
Transações entre acionistas		-	-	-	-	-	(38.548)	(38.548)	38.548	-
Prejuízo do exercício	25.a	-	-	-	-	(9.624)	-	(9.624)	(2.150)	(11.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		206.881	346.596	-	-	(29.022)	(38.548)	485.907	36.398	522.305
Remuneração baseada em ações	24.d	-	-	-	4.664	-	-	4.664	-	4.664
Transações entre acionistas		-	-	-	-	-	38.548	38.548	(36.311)	2.237
Lucro do exercício	25.a	-	-	-	-	54.313	-	54.313	21	54.334
Outros resultados abrangentes	25.a	-	-	-	-	(4.405)	-	(4.405)	-	(4.405)
Constituição de reserva de lucros	25.a	-	-	20.886	-	(20.886)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		206.881	346.596	20.886	4.664	-	-	579.027	108	579.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa da atividade operacional					
Lucro (Prejuízo) do exercício		54.313	(9.624)	54.334	(11.774)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício ao fluxo de caixa das atividades operacionais					
Depreciações e amortizações		-	-	2.244	506
Equivalência patrimonial	15	(83.016)	(164)	-	-
Impostos de renda e contribuições social correntes e diferidos	14.3	(21.678)	(5.640)	18.052	1.027
Ajuste a valor presente	18	-	-	107	21.450
Baixa de imobilizados	16	-	-	187.078	67
Baixa de direito de uso	18	-	-	21.477	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	19	54.023	6.815	99.251	24.959
Alienação de controladas	31	(7.031)	-	-	-
Baixa de earn-out	27	-	-	(13.718)	-
Remuneração baseada em ações	27	4.664	-	4.664	-
Juros apropriados - arrendamento	18	-	-	2.617	-
		1.275	(8.613)	376.106	36.235
Variações nos ativos e passivos					
Ativos recebíveis		-	15.000	-	15.000
Contas a receber e ativos de contratos		-	-	(368.990)	(659.982)
Adiantamentos		(567)	-	72.037	(75.303)
Impostos a recuperar		(8.432)	(10.454)	(26.691)	(14.149)
Estoques		-	-	(411)	3.312
Outros créditos		(1.800)	(4.204)	22.730	(30.602)
Despesas antecipadas		1.604	(3.806)	(21.075)	(4.375)
Fornecedores		2.209	348	(48.877)	51.042
Obrigações trabalhistas		126	51	(14)	11.715
Impostos e contribuições a recolher		249	82	27.393	63.178
Outras obrigações		(13.768)	15.643	(7.092)	400.838
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(19.104)	4.047	25.116	(203.091)
Imposto de renda e contribuição social pagos	14.3	-	-	(226)	(1.189)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(19.104)	4.047	24.890	(204.280)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis		(2.692)	(244)	(138.809)	(3.100)
Alienação de controladas		32.284	-	-	-
Investimentos em aplicações financeiras		128.530	-	127.351	-
Resgates de aplicações finaneiras		(45.509)	(23.927)	(45.509)	(23.927)
Investimentos	15	-	(361.997)	-	-
Aquisição de controladas líquido do caixa adquirido	1.2	(105.032)	-	(105.032)	(135.748)
Adiantamentos para futuro aumento de capital em controladas	15	(33.450)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(25.869)	(386.168)	(161.999)	(162.775)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital e das reservas de capital		-	132.769	-	132.769
Captação de empréstimos e financiamentos	19	114.566	285.317	402.137	320.039
Pagamento de passivos de arrendamentos - principal	18	-	-	(2.906)	(5.338)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	19	-	(189.458)	(170.378)	(189.458)
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento.	18 / 19	(54.445)	(13.631)	(98.814)	(21.395)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		60.121	214.997	130.039	236.617
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		15.148	(167.124)	(7.070)	(130.438)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	3.851	170.975	107.192	237.630
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	18.999	3.851	100.122	107.192
Variação de caixa e equivalentes de caixa		15.148	(167.124)	(7.070)	(130.438)
		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Brasol Participações e Empreendimentos S.A. (“Brasol”, “Controladora” e/ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Florida, nº 1.595, conjunto 111, na cidade e estado de São Paulo, com escritórios adicionais em Florianópolis e várias outras bases operacionais regionais em todo o Brasil.

A Brasol e suas subsidiárias (conjuntamente, “Grupo”) atuam em todo o território brasileiro, fornecendo infraestrutura integrada de transição energética e serviços relacionados, principalmente a clientes comerciais e industriais. O Grupo desenvolve, financia, detém, administra e opera ativos de infraestrutura energética por meio de subsidiárias e entidades de propósito específico em vários estados brasileiros e no Distrito Federal. As atividades da Brasol estão organizadas em unidades de negócios que abrangem segmentos-chave da cadeia de valor da transição energética, incluindo geração solar distribuída, subestações e infraestrutura de transmissão, sistemas de armazenamento de energia em baterias, infraestrutura de recarga de veículos elétricos, serviços de operação e manutenção e atividades de estruturação financeira e gestão de ativos associadas ao portfólio do Grupo.

1.1 Reestruturações societárias

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou as seguintes reestruturações societárias:

- (a) Incorporação da Brasol Sistemas de Energia Solar 8 Ltda., pela Brasol Soluções Energéticas Ltda., aprovada em 25 de agosto de 2025;
- (b) Incorporação da Garantido Locação de Equipamentos Ltda., pela Brasol Sistemas de Energia Solar 16 Ltda., aprovada em 1º de dezembro de 2025;
- (c) Incorporação da Lençóis Locação de Equipamentos Ltda., pela Brasol Sistemas de Energia Solar 16 Ltda., aprovada em 1º de dezembro de 2025;
- (d) Incorporação da Rei do Sol Locação de Equipamentos Ltda., pela Brasol Sistemas de Energia Solar 16 Ltda., aprovada em 1º de dezembro de 2025; e
- (e) Incorporação da Catolé Locação de Equipamentos Ltda., pela Brasol Sistemas de Energia Solar 16 Ltda., aprovada em 1º de dezembro de 2025.

As operações acima citadas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, visto que se trata de incorporações de controladas indiretas, sem mudanças acionárias.

1.2 Aquisição de controladas

Veja política contábil a nota explicativa 7a.

As aquisições realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, conforme descritas a seguir, estão alinhadas à estratégia de crescimento da Companhia e refletem a relevância crescente das operações de fusões e aquisições no contexto de suas atividades.

As entidades adquiridas são, em sua maioria, sociedades de propósito específico voltadas ao desenvolvimento, à implantação, à titularidade e à operação de usinas fotovoltaicas e de ativos correlatos de infraestrutura energética. Suas atividades incluem, principalmente: (i) geração distribuída de energia a partir de fonte solar fotovoltaica; (ii) desenvolvimento, implantação, operação e manutenção de ativos de infraestrutura elétrica associados; e (iii) titularidade, arrendamento e gestão de terrenos, direitos e estruturas utilizados na implantação e operação desses projetos.

Considerando que tais transações resultaram na obtenção do controle das entidades adquiridas e na incorporação de atividades e ativos capazes de gerar retorno econômico de forma integrada, a Administração concluiu que essas operações se qualificam como combinações de negócios.

a. Aquisições realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Projetos PMNE

No dia 30 de novembro de 2024, foi concluída a aquisição do controle de 100% da participação nas Usinas Solares, por meio da controlada BSE16, por meio do Termo de Fechamento do Contrato de Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”), assinado em 1º de abril de 2024. A aquisição das Usinas Solares é representada pelas empresas listadas a seguir, intituladas como projetos PMNE:

- (i) Aram Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS Aram
- (ii) Catolé Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS Catolé
- (iii) Frevo Locação de Equipamentos de Energia Solar Ltda., doravante BTS Frevo
- (iv) Garantido Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS Garantido
- (v) Lençóis Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS Lençóis
- (vi) Luz do Sol Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS Luz do Sol
- (vii) Paraipaba Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS Paraipaba
- (viii) Patativa Locação de Equipamentos de energia Solar Ltda., doravante BTS Patativa
- (ix) Paulistana Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS Paulistana
- (x) Rei do Sol Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS Rei do Sol
- (xi) São Francisco Locação de Equipamentos de Energia Solar Ltda., doravante BTS São Francisco
- (xii) São João Locação de Equipamentos Ltda., doravante BTS São João
- (xiii) São José Locação de Equipamentos de Energia Solar Ltda., doravante BTS São José

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo	Valor justo	Passivo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.789	Fornecedores	3
Contas a receber de clientes	1.005	Empréstimos e financiamentos	1.225
Outras contas a receber	672	Impostos e contribuições a recolher	155
Total do ativo circulante	4.466	Total do passivo circulante	1.383
		Empréstimos e financiamentos	35.972
Outras contas a receber	362	Empréstimos com partes relacionadas	5.273
Ativo imobilizado	53.105	Total do passivo não circulante	41.245
Ativo intangível	51.968		
Total do ativo não circulante	105.435	Total passivo	42.628
Total do ativo	109.901	Ativos líquidos adquiridos	67.273

Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos materiais adquiridos foram as seguintes.

Ativo intangível	Valor justo
Direitos contratuais (a)	51.929
Total do imobilizado	51.929

- (a) Cada uma das 13 SPEs possui um contrato de O&M, Arrendamento e Locação & Instalação com o Empreendimento Pague Menos S/A (“Pague Menos”), sendo que cada uma dessas receitas advém dos respectivos contratos firmados e com vigência específica. Portanto, o intangível de contratos BTS fornece o direito de operar um negócio específico dentro da jurisdição de um governo ou na propriedade de outra empresa, estando sujeito a termos singulares. As operações citadas das unidades de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica dependem exclusivamente do contrato BTS, ou seja, quando ele expirar, as SPEs deverão comercializar a totalidade de suas receitas no mercado de geração distribuída. Portanto, entende-se que os contratos BTS detidos pelas SPEs são intangíveis suscetíveis a ajuste a mercado, uma vez que garantem benefícios econômicos futuros. Para calcular o valor do intangível contrato de concessão, foi utilizada a metodologia de *Multi-Period Excess Earnings Method* (MPEEM - Método dos Lucros Excedentes por Vários Períodos), com a identificação dos ativos contribuintes e das taxas apropriadas de remuneração econômica do intangível aqui em análise. O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um bem específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitos débitos contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, e o lucro excedente é alocado ao intangível em avaliação. O lucro atribuído à carteira de clientes (lucro líquido menos os diversos retornos) foi trazido a valor presente, e os valores resultantes foram somados.

Ágio

A mensuração inicial do ágio resultante da diferença entre a contraprestação e os efeitos contábeis do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é apresentada na tabela abaixo.

Contraprestação transferida (a)	68.099
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	<u>(67.273)</u>
Ágio (b)	<u>826</u>

- (a) A contraprestação envolvida nesta operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas incorridos nesta operação, incluindo os pagamentos relacionados a eventos futuros (*earn-out*, nota explicativa 21). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R\$ 20.087 e baixa de R\$ 8.297 referente ao *earn-out* (R\$ 39.715 pagos em 31 de dezembro de 2024).
- (b) O ágio compreende o valor dos benefícios futuros esperados com base no fluxo de resultados futuros gerados pela capacidade de produção de energia.

Custos relacionados à aquisição

No exercício de 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de R\$ 652 em honorários advocatícios, serviços de consultoria, auditoria e custos de due diligence. Os custos relacionados à aquisição foram registrados como “despesas administrativas” nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BC Usinas

Em dezembro de 2024, foi concluída a aquisição do controle de 100% da participação da BC Usinas, por meio da controlada BSE19, por meio do Termo de Fechamento do Contrato de Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”), assinado em 8 de novembro de 2024. A aquisição, intitulada de BC Usinas, é representada pelas empresas listadas a seguir:

- (i) BC Geração e Comercialização de Energia S/A., doravante BC Geração
- (ii) BC Oiti Geração e Comercialização de Energia Ltda., doravante BC Oiti
- (iii) BC Paineira Geração e Comercialização de Energia Ltda., doravante BC Paineira

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Ativo	Valor justo	Passivo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7.626	Fornecedores	297
Contas a receber de clientes	3.700	Empréstimos e financiamentos	13.028
Outras contas a receber	<u>855</u>	Impostos e contribuições a recolher	1.592
Total do ativo circulante	<u>12.181</u>	Adiantamentos de clientes	1.647
		Arrendamentos	<u>40</u>
		Total do passivo circulante	<u>16.604</u>
		Empréstimos e financiamentos	132.345
Outras contas a receber	1.025	Arrendamentos	<u>2.723</u>
Ativo imobilizado	217.765	Total do passivo não circulante	<u>135.068</u>
Ativo intangível	<u>59.166</u>		
Total do ativo não circulante	<u>277.956</u>	Total passivo	<u>151.672</u>
Total do ativo	<u>290.137</u>	Ativos líquidos adquiridos	<u>138.465</u>

Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos materiais adquiridos foram as seguintes.

Ativo intangível	Valor justo
Imobilizado (a)	10.930
Direitos contratuais (b)	54.197
Total do imobilizado	65.127

- (a) Imobilizado: nessa classificação foi utilizado o Método do Custo de Reposição. O método de custo de reposição considera o gasto necessário para reproduzir um bem, deduzida a parcela referente à depreciação física, obtendo-se, assim, o valor de reedição. A composição de custos foi através de orçamento sumário, baseado no banco de dados da empresa avaliadora, e publicações especializadas, para a data-base da avaliação.
- (b) Cada uma das 65 unidades geradoras (65 contratos) possuem um contrato de Arrendamento e Locação & Instalação, sendo que cada uma dessas receitas advém dos respectivos contratos firmados e com vigência específica. Portanto, o intangível de contratos BTS fornece o direito de operar um negócio específico dentro da jurisdição de um governo ou na propriedade de outra empresa, estando sujeito a termos singulares. As operações citadas das unidades de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica dependem exclusivamente do contrato BTS, ou seja, quando ele expirar, as SPEs deverão comercializar a totalidade de suas receitas no mercado de geração distribuída. Portanto, entende-se que os contratos BTS detidos pelas SPEs são intangíveis suscetíveis a ajuste a mercado, uma vez que garantem benefícios econômicos futuros. Para calcular o valor do intangível contrato de concessão, foi utilizada a metodologia de Multi-Period Excess Earnings Method (MPEEM - Método dos Lucros Excedentes por Vários Períodos), com a identificação dos ativos contribuintes e das taxas apropriadas de remuneração econômica do intangível aqui em análise. O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um bem específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitos débitos contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, e o lucro excedente é alocado ao intangível em avaliação. O lucro atribuído à carteira de clientes (lucro líquido menos os diversos retornos) foi trazido a valor presente, e os valores resultantes foram somados.

Ágio

A mensuração inicial do ágio resultante da diferença entre a contraprestação e os efeitos contábeis do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é apresentada na tabela abaixo.

Contraprestação transferida (a)	138.465
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(138.465)
Ágio (b)	-

- (a) A contraprestação envolvida nesta operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas incorridos nesta operação, incluindo os pagamentos relacionados a eventos futuros (earn-out, nota explicativa 21).
- (b) Não foi identificado ágio nessa aquisição.

Custos relacionados à aquisição

No exercício de 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de R\$ 801 em honorários advocatícios, serviços de consultoria, auditoria e custos de *due diligence*. Os custos relacionados à aquisição foram registrados como “despesas administrativas” nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b. Aquisições realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Durante o exercício de 2025, como resultado da aquisição da totalidade de quotas das empresas listados abaixo, a Companhia obteve o controle das seguintes adquiridas:

- (i) UFV Saltinho SP GD Ltda. (“UFV Saltinho”)

Em 21 de setembro de 2024, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças. A conclusão dessa aquisição de controle ocorreu em junho de 2025.
- (ii) UFV São Manuel SP GD Ltda. (“UFV São Manuel”)

Em 21 de setembro de 2024, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças. A conclusão dessa aquisição de controle ocorreu em junho de 2025.
- (iii) UFV Marataízes ES GD Ltda. (“UFV Marataízes”)

Em 21 de setembro de 2024, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças. A conclusão dessa aquisição de controle ocorreu em dezembro de 2025.
- (iv) UFV Concórdia ES GD Ltda. (“UFV Concórdia”)

Em 21 de setembro de 2024, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças. A conclusão dessa aquisição de controle ocorreu em dezembro de 2025.
- (v) UFV Itapecerica ES GD Ltda. (“UFV Itapecerica”)

Em 21 de setembro de 2024, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças. A conclusão dessa aquisição de controle ocorreu em dezembro de 2025.

Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos das empresas listadas acima estão incluídos inputs. O Grupo determinou que, juntos, os inputs e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). E, portanto, o Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio.

As aquisições permitem à Companhia acelerar o desenvolvimento de ativos de infra-estrutura, ampliar sua base de contratos de longo prazo, incorporar projetos em operação ou em estágio avançado de desenvolvimento e capturar sinergias operacionais, comerciais e financeiras. Essa estratégia também contribui para o fortalecimento da presença da Companhia em mercados e regiões considerados estratégicos.

No período de 2025, a contar a partir da data de cada combinação de negócio, as adquiridas contribuíram com uma receita de R\$ 157.123 e um lucro de R\$ 30.381 nas demonstrações financeiras consolidadas.

Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume, na data de aquisição, o valor justo dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

	UFV Saltinho	UFV São Manuel	UFV Marataízes	UFV Concórdia	UFV Itapecerica	Total
Parcela à vista	13.551	12.315	32.280	16.325	10.474	84.945
Parcela a prazo	3.289	2.846	7.203	3.156	2.305	18.799
Parcela retida	408	471	2.376	14	45	3.314
Total	17.248	15.632	41.859	19.495	12.824	107.058

O valor indicado de parcela retida está atrelado às retenções de melhorias ou manutenção de ativos fixos, de regularização fundiária e de regularização documental dos projetos, previstas no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valores justos

A tabela abaixo resume os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data da aquisição.

	UFV Saltinho	UFV São Manuel	UFV Marataízes	UFV Concórdia	UFV Itapecerica	Total
Ativo						
Imobilizado (nota explicativa 16)	14.131	10.942	29.742	16.297	14.693	85.805
Intangível (direitos contratuais) (nota explicativa 17)	3.117	4.690	12.117	3.198	-	23.122
Total do ativo não circulante	17.248	15.632	41.859	19.495	14.693	108.927
Patrimônio líquido	17.248	15.632	41.859	19.495	14.693	108.927

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar os valores justos dos ativos imobilizados foram a de comparação de mercado e técnica de custo, onde o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar os valores justos dos ativos intangíveis (direitos contratuais) adquiridos foram as seguintes:

- No contexto das aquisições realizadas, a Companhia identificou contratos Built-to-Suit (“BTS”) com prazos determinados como ativos intangíveis separáveis, em razão de sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros por meio de receitas contratuais de longo prazo associadas aos ativos adquiridos.
- O valor justo desses ativos intangíveis foi apurado com base na expectativa de fluxos de caixa futuros gerados durante a vigência contratual dos respectivos BTS. Após o término desses contratos, a geração de receitas dos ativos correspondentes poderá ocorrer em condições comerciais distintas, sujeitas às condições de mercado então vigentes.
- Para a mensuração do valor justo na data de aquisição, a Companhia utilizou a metodologia Multi-Period Excess Earnings Method (“MPEEM”), por meio da qual foi isolado o fluxo de caixa atribuível aos contratos BTS, líquido dos retornos requeridos sobre os ativos contribuintes utilizados na geração desse fluxo de caixa.

Compra vantajosa

A diferença resultante entre a contraprestação e o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos demonstrados acima originou um ganho por compra vantajosa conforme apresentado na tabela abaixo:

	UFV Saltinho	UFV São Manuel	UFV Marataízes	UFV Concórdia	UFV Itapecerica	Total
Contraprestação transferida (a)	17.248	15.632	41.859	19.495	12.824	107.058
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	17.248	15.632	41.859	19.495	14.693	108.927
Compra vantajosa (b)	-	-	-	-	(1.869)	(1.869)

- (a) A contraprestação envolvida nesta operação considera o valor justo de todos os pagamentos e dívidas incorridos nesta operação, incluindo os pagamentos relacionados a eventos futuros (earn-out, nota explicativa 21).
- (b) A compra vantajosa compreende o preço de aquisição ajustado inferior ao patrimônio líquido contábil da UFV Itapecerica. O ganho por compra vantajosa foi reconhecido no resultado, em outras receitas (despesas) líquidas (nota explicativa 27).

Custos relacionados à aquisição

No exercício de 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em custos relacionados à essas aquisições de R\$ 316, destinados a honorários advocatícios, serviços de consultoria, auditoria e custos de *due diligence*. Os custos relacionados à aquisição foram registrados como “despesas gerais e administrativas” nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1.3 Relação de entidades controladas

Veja política contábil a nota explicativa 7a.

Apresentada abaixo a lista das controladas diretas e indiretas da Brasol:

	Denominação	Controladora	Participação acionária		
				2025	2024
Brasol Soluções Energética Ltda. (i)	BSOL	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 2 Ltda. (ii)	BSE2	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda. (ii)	BSE3	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda. (ii) (vii)	BSE4	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda. (ii)	BSE5	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 6 Ltda. (ii)	BSE6	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda. (ii)	BSE7	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 8 Ltda. (ii) (vii) (viii)	BSE8	Brasol	-	-	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 9 Ltda. (ii)	BSE9	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda. (ii)	BSE10	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 11 Ltda. (ii) (vii)	BSE11	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 12 Ltda. (ii)	BSE12	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 13 Ltda. (ii)	BSE13	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 14 Ltda. (ii) (vii)	BSE14	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 15 Ltda. (ii)	BSE15	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 16 Ltda. (ii)	BSE16	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 17 Ltda. (ii)	BSE17	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 18 Ltda. (ii)	BSE18	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 19 Ltda. (ii)	BSE19	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 20 Ltda. (ii)	BSE20	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 21 Ltda. (ii)	BSE21	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 22 Ltda. (ii)	BSE22	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 23 Ltda. (ii) (vii)	BSE23	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 24 Ltda. (ii) (vii)	BSE24	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 25 Ltda. (ii) (vii)	BSE25	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 26 Ltda. (ii) (vii)	BSE26	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025

	Denominação	Controladora	Participação acionária		
				2025	2024
Brasol Sistemas de Energia Solar 27 Ltda. (ii) (vii)	BSE27	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 28 Ltda. (ii) (vii)	BSE28	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 29 Ltda. (ii) (vii)	BSE29	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 30 Ltda. (ii) (vii)	BSE30	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 31 Ltda. (ii) (vii)	BSE31	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 32 Ltda. (ii) (vii)	BSE32	BSOL	Indireta	100%	Direta 100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 33 Ltda. (ii)	BSE33	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brama Sistemas de Energia MG Ltda. (ii)	BRAMA MG	BSE 11	Indireta	100%	Indireta 100%
Brama Sistemas de Energia RN Ltda. (ii)	BRAMA RN	BSE 15	-	-	Indireta 100%
Brama Sistemas de Operações e Manutenção Ltda. (ii)	BRAMA OPS	BSE 15	Indireta	100%	Indireta 100%
Catolé Locação de Equipamentos Ltda. (ii) (viii)	Catolé	BSE16	-	-	Indireta 100%
Frevo Locação de Equipamentos Energia Solar Ltda. (ii)	Frevo	BSE16	Indireta	100%	Indireta 100%
Garantido Locação de Equipamentos Ltda. (ii) (viii)	Garantido	BSE16	-	-	Indireta 100%
Lençóis Locação de Equipamentos Ltda. (ii) (viii)	Lençóis	BSE16	Indireta	100%	Indireta 100%
Luz do Sol Locação de Equipamentos Ltda. (ii)	Luz do Sol	BSE16	Indireta	100%	Indireta 100%
Rei do Sol Locação de Equipamentos Ltda. (ii) (viii)	Rei do Sol	BSE16	-	-	Indireta 100%
São Francisco Locação de Equipamentos Energia Solar Ltda. (ii)	São Francisco	BSE16	Indireta	100%	Indireta 100%
São José Locação de Equipamentos Energia Solar Ltda. (ii)	São José	BSE16	Indireta	100%	Indireta 100%
BC Aroeira Sistemas de Energia Solar Ltda. (vi)	Aroeira	BSE17	Indireta	100%	Indireta 100%
BC Paulista Sistemas de Energia Solar Ltda. (ii)	Paulista	Aroeira	Indireta	100%	Indireta 100%
BC Norte Sistema de Energia Solar Ltda. (ii)	SPE N	Aroeira	Indireta	100%	Indireta 100%
SPE Centro Oeste Sistemas de Energia Solar Ltda. (ii)	SPE CO	Aroeira	Indireta	100%	Indireta 100%
SPE Sudeste Sistema de Energia Solar Ltda. (ii)	SPE SE	Aroeira	Indireta	100%	Indireta 100%
Brasol Goiás Sistemas de Energia Solar S.A. (ii)	Geração	BSE19	Indireta	100%	Indireta 100%
BC Oiti Geração e Comercialização de Energia Ltda. (vi)	Oiti	Geração	Indireta	100%	Indireta 100%
BC Paineira Geração e Comercialização de Energia Ltda. (vi)	Paineira	Geração	Indireta	100%	Indireta 100%
Brasol Electric Vehicles Ltda. (iii)	BESS	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
Brasol Subestações de Energia Ltda. (ii)	BSUB	BSOL	Indireta	100%	Indireta 100%
Brasol Renewables Investment Company - BRIC Investimentos Ltda. (iv)	BRIC	Brasol	Direta	95%	Direta 95%
Brasol Renewables Asset Management Ltda. (v)	BRAM	Brasol	Direta	100%	Direta 100%
UFV Marataízes ES GD Ltda. (vi)	UFV Marataízes	Brasol	Direta	100%	-
UFV Concórdia ES GD Ltda. (vi)	UFV Concórdia	Brasol	Direta	100%	-
UFV Itapecerica ES GD Ltda. (vi)	UFV Itapecerica	Brasol	Direta	100%	-

- (i) Executa operações de consultoria, assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, seleção, manutenção, gerenciamento e administração de projetos de engenharia voltados à geração de energia. No caso da BSOL, ela detém todas as funções de suporte ao desenvolvimento, à construção e à gestão dos projetos da Companhia. Todo o BackOffice da Companhia transita pela BSOL, incluindo a folha de pagamento (com exceção da BRIC), os aluguéis de escritórios, bem como as atividades de operação e manutenção de todos os projetos da Companhia.
- (ii) Controlada especializa-se na locação e sublocação de módulos de energia solar e de máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador e prestação de serviços de manutenção, limpeza, reparação e demais serviços correlatos para tais módulos de energia solar e referidas máquinas e equipamentos.
- (iii) Controlada especializa-se na execução de serviços de manutenção e de reparação elétrica de veículos automotores.
- (iv) Controlada executa atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.
- (v) Controlada executa suas operações de prestação de serviços de manutenção e reparação de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais.
- (vi) Controlada especializa-se na exploração do ramo de geração de energia elétrica, no aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, na manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, na instalação e manutenção elétrica e em obras de engenharia civil e de fundação.
- (vii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada a alteração dos contratos sociais dessas controladas, com a substituição da sócia anteriormente detentora das participações pela BSOL, passando tais sociedades a serem controladas indiretamente pela Brasol.
- (viii) Conforme reestruturação societária divulgada na nota explicativa 1.1, essas controladas foram incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações em 14 de maio de 2026.

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante individual e consolidado excede o ativo circulante da controladora e do consolidado em R\$ 159.790 e R\$ 235.184, respectivamente (R\$ 25.350 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado). Além disso, em 2025, o Grupo reconheceu um lucro líquido no exercício de R\$ 54.334 (prejuízo de R\$ 11.774 em 2024), e o caixa líquido consumido pelas atividades operacionais foi de R\$ 19.104 na controladora e aplicado no consolidado de R\$ 24.890 (consumido de R\$ 204.280 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado).

A Administração avaliou esse contexto e concluiu que ele decorre, fundamentalmente, do modelo de negócios da Companhia, que atua como financiadora de projetos de geração de energia solar distribuída. Nesse modelo, os desembolsos relativos à construção das usinas concentram-se no período pré-operacional, sendo a parcela mais relevante incorrida até a data de entrada em operação comercial (COD – *Commercial Operation Date*), ao passo que os recebimentos correspondentes são reconhecidos ao longo de contratos de fornecimento de energia com prazo de até 20 anos. Essa assimetria temporal entre os fluxos de entrada e de saída de caixa é inerente ao setor e não reflete deterioração da capacidade de pagamento da Companhia.

Considerando o perfil de longo prazo dos contratos de fornecimento de energia já firmados, a previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais futuros e o histórico de acesso a linhas de financiamento para novos projetos, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia disporá de recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas contábeis brasileiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7a** – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa 18** – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota explicativa 26** – reconhecimento da receita: se a receita de aluguel é reconhecida ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota explicativa 1.2** - aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
- **Nota explicativa 12** - taxa de desconto: principais premissas utilizadas em relação ao valor presente dos recebíveis relacionados aos contratos de arrendamento;
- **Nota explicativa 14.3** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 23** - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação responsável pela revisão de todas as mensurações significativas de valor justo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- **Nível 3:** *inputs* para o ativo ou o passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, do Grupo é classificada como “nível 2”.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada, em sua totalidade, no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na notas explicativas 1.2 e 29.

5 Mudanças nas políticas contábeis materiais

O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis, em relação às aplicadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 2024.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados por seus valores justos descritos ao longo dessas demonstrações financeiras.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pelo Grupo de forma consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido ao Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos constitui um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, *input* e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output*.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda decorrente da redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado, conforme incorridos, exceto os relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou de patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes geralmente são reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como instrumento patrimonial, não será remensurada e a liquidação será registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

A administração contrata especialistas externos para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do *purchase pricing allocation* (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos ao exercer seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores, inicialmente, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos, bem como qualquer participação de não-controladores e de outros componentes registrados no patrimônio líquido, referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda decorrente da perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na controlada antiga, essa participação é mensurada pelo valor justo na data da perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo de transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas na mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Saldo, transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- São parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operação; ou
- São de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas vendidas foram adquiridas no mesmo exercício (nota explicativa 1.2 e 31).

c. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros decorrentes dos custos sejam auferidos pelo Grupo. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado, com base no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Os intangíveis têm uma vida útil alinhada à duração máxima dos contratos vigentes. Esses intangíveis são mensurados a custo, menos a amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos intangíveis é realizada conforme o método linear, sendo reconhecida como resultado, com base na vida útil estimada dos ativos intangíveis na data de disponibilidade para uso, ou, na interconexão efetiva, proporcionalmente reduzida.

Os métodos de amortização, vida útil e valores residuais são revisados anualmente e ajustados, se aplicável.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

e. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

Pagamentos baseados em ações

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O Grupo possui contratos de opções de compra de ações outorgados a determinados executivos, cujo vesting está condicionado a mecanismos contratuais que incluem a avaliação pelo Conselho de Administração, em conjunto com referências a indicadores de desempenho em pilares financeiros, de desempenho de projetos e de ESG (*Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança)). Contudo, para períodos futuros, não há definições quantitativas estabelecidas que permitam a mensuração confiável e objetiva do atingimento dessas condições.

Além disso, o Conselho de Administração desempenha papel determinante na avaliação e aprovação do *vesting* dessas opções, podendo deliberar sobre sua efetivação (ou não) mesmo diante de limitações na mensuração objetiva dos indicadores de performance.

Em função dessa característica e da ausência de parâmetros mensuráveis para períodos futuros, a Administração concluiu que não é possível estimar com segurança a probabilidade de ocorrência do vesting, e nem que é provável a aprovação do benefício, pelo qual não foram reconhecidas despesas ou provisões relacionadas a tais eventos futuros nestas demonstrações financeiras.

f. Arrendamento

No início de um contrato, O Grupo avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

Na data de início do contrato de arrendamento, o Grupo reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo, quando a taxa implícita do contrato não puder ser determinada.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, compreendendo o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, acrescido de quaisquer pagamentos efetuados até a data de início e custos diretos iniciais incorridos.

Em razão da natureza operacional dos contratos de arrendamento firmados pelo Grupo, diretamente vinculados à operação de usinas de energia, o ativo de direito de uso é integralmente baixado na data de entrada em operação comercial da usina (Commercial Operation Date – COD), momento em que o ativo passa a ser efetivamente utilizado para fins de geração de energia.

Dessa forma, o Grupo não procede à depreciação mensal do ativo de direito de uso, reconhecendo seu valor integralmente no resultado do período em que ocorre a energização, em conformidade com a essência econômica da operação.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros implícita ou, caso não esteja disponível, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Esta taxa é calculada com base em taxas de juros de fontes externas, ajustadas para refletir os termos do arrendamento.

Conforme o CPC 06 (R3), pagamentos de arrendamento incluem:

- pagamentos fixos,
- pagamentos variáveis dependentes de índice ou taxa,
- valores garantidos pelo arrendatário e
- preço de exercício para opções de compra, se o arrendatário for exercer essa opção.

O passivo de arrendamento é ajustado quando houver alterações nos pagamentos decorrentes de índices, taxas, ou decisões sobre opções de compra ou rescisão. Correspondentes ajustes são feitos no ativo de direito de uso ou diretamente no resultado.

Para arrendamentos de baixo valor ou de curto prazo, como equipamentos de TI, o Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento e contabiliza os pagamentos linearmente como despesa durante o período do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato com componente de arrendamento, o Grupo alocam a contraprestação com base em preços independentes. Como arrendadoras, determinam se cada arrendamento é financeiro ou operacional, avaliando se há transferência substancial de riscos e benefícios do ativo. Esse critério, classifica o arrendamento como financeiro; caso contrário, é operacional, considerando aspectos como a duração do arrendamento em relação à vida útil do ativo.

Quando o Grupo atuam como arrendadores intermediários, contabilizam separadamente o arrendamento principal e o subarrendamento, classificando o subarrendamento conforme o ativo de direito de uso do contrato principal. Se o arrendamento principal for de curto prazo, aplica-se uma isenção, classificando o subarrendamento como operacional.

Nos acordos com componentes de arrendamento e de não arrendamento, aplica-se o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para a alocação da contraprestação. Aplicam o CPC 48 - Instrumentos Financeiros para o desreconhecimento e a redução ao valor recuperável do investimento líquido no arrendamento, revisando regularmente os valores residuais não garantidos utilizados no cálculo do investimento bruto.

g. Capital social

(i) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

As ações preferenciais da Companhia são classificadas como capital social, pois elas não preveem nem um prazo específico de resgate nem uma remuneração anual fixada por conceito de juros.

h. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época de cumprimento das obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita de arrendamento ("Aluguel")	O Grupo adota uma estrutura específica para viabilizar seu modelo de negócio. O Grupo assina um contrato de longo prazo (média atual de 17,5 anos) na figura de um Equipment Lease Agreement - ("ELA"), incluindo dentro desse tipo de contrato a figura de Built To Suit ("BTS"). O ELA tem como objeto a implementação do projeto em um imóvel pelo Grupo para sua posterior locação aos seus clientes. A conclusão do projeto é formalizada pela emissão do aviso de Commercial Operation Date ("Aviso de COD"), onde é informado que o sistema em questão foi montado, testado, comissionado, instalado e disponível para uso. Com a entrega do Aviso de COD, o Grupo cede todos os seus direitos de posse do projeto e da infraestrutura aos clientes. Nesse momento, todas as obrigações do Grupo no ELA são integralmente satisfeitas e o contrato é considerado como performado pelo Grupo, dando início as obrigações de pagamento por parte dos clientes. Uma vez performado o contrato, o Grupo cria direitos creditórios de caráter imobiliário correspondentes aos respectivos aluguéis fixos mensais a receber dos seus clientes.	O reconhecimento dos direitos creditórios imobiliários é realizado pelo valor futuro, de acordo com o valor estipulado em contrato. Refletindo, de tal forma, os aspectos da norma contábil CPC 06 (R3) – Arrendamento, relacionadas ao Arrendador e Arrendador fabricante para efetuar os registros contábeis. Na celebração do contrato de ELA com os clientes, o contrato é classificado como arrendamento financeiro, pois atende aos critérios a seguir apresentados no CPC 06 (R3): • Transmite ao Cliente o direito de controlar o uso de ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação" (item 9); • Transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente" (item 62); • O prazo do contrato é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo a propriedade não sendo transferida na data da celebração do contrato" (item 63 c); • O valor presente dos recebimentos do arrendamento equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente e o ativo subjacente é de natureza tão especializada que somente o Cliente/Arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes" (item 63 d), e • As perdas do arrendador associadas ao cancelamento do contrato por parte do arrendatário são arcadas pelo arrendatário" (item 64 a). Ajuste a Valor Presente: Dessa forma, nesse momento é onde está concentrado a maior parte dos lançamentos contábeis. Segundo o CPC 06 (R3) – Arrendamento (Item 71): "na data de início, para cada um de seus arrendamentos financeiros, o arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o seguinte: (a) a receita que é o valor justo do ativo subjacente ou, se for inferior, o valor presente dos recebimentos de arrendamento de responsabilidade do arrendador, descontado, utilizando a taxa de juros de mercado; (b) o custo de venda, que é o custo, ou valor contábil, caso seja diferente, do ativo subjacente menos o valor presente do valor residual não garantido; e

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
		(c) o resultado na venda (que é a diferença entre a receita e o custo da venda), de acordo com sua política para vendas diretas à qual se aplica o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o resultado na venda em arrendamento financeiro na data de início, independentemente de se o arrendador transfere o ativo subjacente, conforme descrito no CPC 47.
Receita de prestação de serviço	O Grupo presta serviços e visa fornecer as atividades de operação, manutenção e gestão requeridas na infraestrutura (o contrato de <i>Equipment Operations Agreement</i> (“EOA”)). O reconhecimento dessa receita, e, por sua vez, é reconhecida mensalmente durante o prazo do EOA e é comprovado com a emissão de documento fiscal de suporte.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo vende os serviços em transações separadas.
Receita de venda de mercadoria	Os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são entregues ao cliente. As faturas são emitidas e a receita é reconhecida naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias.	A receita é reconhecida quando as mercadorias são entregues ao cliente.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Rendimento sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de contas a receber;
- Descontos obtidos;
- Despesas bancárias;
- Seguros fiança atrelados aos projetos;
- Ganhos ou perdas decorrentes de processos através do mercado de capitais, como securitizações; e
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos;

As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social de determinadas controladas que afetam as demonstrações financeiras consolidadas, são apurados com base no regime tributário do Lucro Presumido. Neste regime, as alíquotas de imposto de renda e de contribuição social são aplicadas sobre uma base reduzida, com base no tipo de receita apurada.

Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber, estimado, sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, com base na melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, para fins de demonstrações contábeis, e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e de contribuição social diferidas. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se esperam aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Entretanto, se o Grupo tiver um direito incondicional a um valor que difere do preço da transação (por exemplo, devido à política de reembolso do Grupo), o recebível comercial será inicialmente mensurado pelo valor desse direito incondicional.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de certos investimentos em instrumentos patrimoniais que não sejam mantidos para negociação, o Grupo fez uma escolha irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo dos investimentos em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima (por exemplo, ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo), são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido ao resultado. Outros passivos financeiros são subsequente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

O Grupo realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

I. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado da data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura os ativos com base em preços de compra e os passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado num técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. Redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia avalia, a cada data de balanço, se existe uma indicação de que um ativo pode apresentar redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de impairment de um ativo for necessário, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo ou UGC menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou uma UGC ultrapasse seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é baixado para seu valor recuperável.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da controlada na qual a UGC opera, que reflete os riscos específicos da UGC e é derivado de seus negócios existentes e respectivos riscos.

A Companhia baseia seu cálculo de impairment nos orçamentos e cálculos de projeção mais recentes, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, ou seja, as UGCs onde as empresas às quais os ativos individuais estão alocados. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros.

As perdas por impairment são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado.

Para os ativos não financeiros, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por impairment anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se houver tal indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por impairment anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por impairment foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado. O ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para impairment no mínimo anualmente em 31 de dezembro, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar apresentado por valor superior ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicativos que levassem a Companhia a realizar o teste de impairment sobre seus ativos.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Provisão para contingências

As respectivas provisões para contingências são reconhecidas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. O Grupo é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

8 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações CPC 48 e CPC 40));
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	36	1.570	15.406	37.407
Aplicações financeiras	18.963	2.281	84.716	69.785
Total	18.999	3.851	100.122	107.192

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários “CDI”, com rendimentos de 100% a.a. da taxa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação da taxa de depósito interbancário, e possuem liquidez imediata.

A exposição das entidades controladas ao risco de taxas e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa 30.

10 Aplicação financeira

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<i>Apresentadas no ativo circulante</i>				
Aplicações financeiras escrow account	-	40.360	1.179	40.360
Total	-	40.360	1.179	40.360
<i>Apresentadas no ativo não circulante</i>				
Aplicações em cotas (i)	-	42.661	-	42.661
Total	-	42.661	-	42.661
Total circulante e não circulante	-	83.021	1.179	83.021

- (i) A Companhia realizou, no ano de 2023, investimentos no fundo CRI Enersim, adquirindo uma tranche de cotas equivalente a 20% do valor da emissão. Do total investido até 31 de dezembro de 2024, em 28 de fevereiro de 2025, 100% foi alienado, e a Companhia apurou um ganho de capital no valor de R\$ 19.105. As referidas cotas vencem em 28 de março de 2039.

11 Ativos financeiros

O valor de R\$ 1 registrado nesta rubrica de Ativos financeiros nas demonstrações financeiras refere-se ao valor do investimento (a custo) que a Companhia realizou em 23 de dezembro de 2025 para adquirir a totalidade de cotas subordinadas da 170ª (Centésima Septuagésima) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) da Canal Companhia de Securitização, no contexto de operação de securitização de direitos creditórios imobiliários, estruturada sob regime fiduciário, na modalidade pulverizada, sem garantia real, por meio de cessão de créditos ao veículo de securitização emissor.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente esperado e estimado dos proventos a serem gerados por tais cotas subordinadas é de aproximadamente R\$ 92.992.

12 Contas a receber e ativos de contrato

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de contrato	20.675	-
Contas a receber	151.368	87.020
(-) Ajuste a valor presente	(111.739)	(44.558)
Total do ativo circulante	60.304	42.462
Ativo de contrato	32.966	-
Contas a receber	2.316.690	1.697.385
(-) Ajuste a valor presente	(1.202.258)	(954.776)
Total do ativo não circulante	1.147.398	742.609
Ativo de contrato	53.641	-
Contas a receber	2.468.058	1.784.405
(-) Ajuste a valor presente	(1.313.997)	(999.334)
Total	1.207.702	785.071

A taxa de desconto aplicada no cálculo do Valor Presente Líquido (VPL) considera o custo de capital da Companhia, e é avaliada conforme o projeto e respectivo cliente. Em média, a taxa de desconto aplicada é de 9,43% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,8% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e de mercado, bem como à análise de sensibilidade dos ativos, está apresentada na nota explicativa 30.

Os saldos de contas a receber, reduzido do ajuste a valor presente, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.148.507	784.360
Vencidos de 0 a 30 dias	1.174	674
Vencidos de 31 a 60 dias	1.887	15
Vencidos de 61 a 90 dias	593	22
Vencidos acima de 90 dias	1.900	-
Total	1.154.061	785.071

A Companhia e suas controladas não reconheceram perdas esperadas sobre os saldos de contas a receber, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Os contratos com clientes possuem prazo de longo prazo, de até 20 anos, e contemplam cláusulas contratuais que, em caso de inadimplência, asseguram a aplicação de multas e a possibilidade de transferência do contrato a novos clientes, o que mitiga de forma substancial a exposição ao risco de crédito e de perda efetiva dos recebíveis.

13 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores	567	-	26.120	21.116
	567	-	26.120	21.116
Ativo não circulante				
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	75.667
Adiantamento diversos	-	-	-	1.374
	-	-	-	77.041
Total	567	-	26.120	98.157

Os valores referentes a adiantamentos são destinados principalmente para a operação da Companhia e suas controladas onde existe a necessidade de antecipar valores à fornecedores para a aquisição de módulos, componentes e equipamentos para a construção dos projetos.

14 Impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher

14.1 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	18.682	10.456	23.302	13.700
Contribuição para Financiamento da				
Seguridade Social (COFINS) retido Lei 10.833/03	-	-	7.191	7.124
Programa de Integração Social (PIS) retido Lei 10.833/03	-	-	1.553	1.536
Contribuição social sobre o lucro líquido				
(CSLL) retido Lei 10.833/03	-	-	84	247
Outros impostos a recuperar	206	-	1.998	861
Total do ativo circulante	18.888	10.456	34.128	23.468
Crédito de Contribuição para Financiamento				
de Seguridade Social (COFINS) (a)	-	-	13.467	295
Crédito de Programa de Integração (PIS) (a)	-	-	2.941	82
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	1.828	1.828	1.828	1.828
Total do ativo não circulante	1.828	1.828	18.236	2.205
Total	20.716	12.284	52.364	25.673

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu receita de créditos de PIS e COFINS decorrentes de revisão fiscal de levantamento de créditos, cujo reconhecimento ocorreu quando a Administração obteve evidências suficientes de sua realização, seja por compensação com tributos correntes ou por restituição.

14.2 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	175	76	635	1.665
Contribuição retido na fonte (CRF)	205	30	350	161
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre serviços tomados	-	-	1.363	1.184
Imposto sobre serviço (ISS) sobre serviços tomados	-	-	1.745	443
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços (ICMS)	-	-	66	70
Programa de Integração Social (PIS) (a)	3	6	3.695	1.423
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	-	35	13.324	6.476
Outros impostos a recolher	13	-	8	-
Total do passivo circulante	396	147	21.186	11.422
Programa de Integração Social (PIS) (a)	-	-	17.671	12.756
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	-	-	82.373	52.796
Total do passivo não circulante	-	-	100.044	65.552
Total	396	147	121.230	76.974

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu saldos de PIS e COFINS a recolher decorrentes às operações recorrentes do período. Os saldos apresentados entre circulantes e não circulantes correspondem aos impostos do fluxo de realização do contas a receber de arrendamento.

14.3 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ)	10.231	637
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	3.477	348
Total imposto de renda e contribuição social a recolher	13.708	985

a. Ativos e passivos fiscais diferidos

	Saldo em 31 de dezembro de 2025					
Controladora	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/2025	Valor líquido do imposto diferido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	7.265	21.678	28.943	28.943	28.943	-
Impostos líquido passivo (ativo)	7.265	21.678	28.943	28.943	28.943	-

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025

Saldo em 31 de dezembro de 2024						
Controladora	Saldo em 01/01/2024	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/2024	Valor líquido do imposto diferido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.625	5.640	7.265	7.265	7.265	-
Impostos líquidos passivos (ativo)	1.625	5.640	7.265	7.265	7.265	-

Saldo em 31 de dezembro de 2025						
Consolidado	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/2025	Valor líquido do imposto diferido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	25.778	88.025	113.803	113.803	113.803	-
Arrendamentos	(18.431)	(76.266)	(94.697)	(94.697)	-	(94.697)
Totais	7.347	11.759	19.106	19.106	113.803	(94.697)
Compensação entre ativo e passivo fiscal diferido					(30.928)	30.928
Impostos líquido passivo (ativo)					82.875	(63.769)

Saldo em 31 de dezembro de 2024						
Consolidado	Saldo em 01/01/2024	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/2024	Valor líquido do imposto diferido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	10.669	15.109	25.778	25.778	25.778	-
Arrendamentos	(3.484)	(14.947)	(18.431)	(18.431)	-	(18.431)
Impostos líquido passivo (ativo)	7.185	162	7.347	7.347	25.778	(18.431)

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que a Administração considera provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Em 2025, a Administração revisou as projeções de lucros tributáveis futuros, e reconheceu os ativos fiscais diferidos de acordo com as projeções futuras revisadas. A Administração entende que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para compensação dos créditos tributários reconhecidos acima, e serão compensados até 2036.

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	25.605	(15.264)	65.355	(10.747)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	(8.706)	5.190	(22.221)	3.654
(+/-) Ajustes dos impostos referentes:				
Resultado equivalência patrimonial	28.225	56	-	-
Prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-	-	(13.531)
Outros	2.159	394	4.169	8.850
Lucro real	21.678	5.640	(18.052)	(1.027)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(29.811)	(1.189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.678	5.640	11.759	162
Alíquota efetiva	-85%	-37%	28%	10%

15 Investimentos

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	671.241	347.628
Novos investimentos (nota explicativa 1.2)	108.927	361.997
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas (i)	68.102	-
Alienação controladas Saltinho e São Manuel	(25.073)	-
Ganho (perda) investimento Greenfield	-	(38.548)
Equivalência patrimonial	83.016	164
Outros resultados abrangentes controladas	(4.405)	-
Saldo em 31 de dezembro	901.808	671.241

- (i) No exercício de 2025, a Companhia iniciou o processo de formalização do aumento de capital futuro (AFACs) no montante de R\$ 68.103 realizados pelos acionistas, dos quais R\$ 33.450 correspondem a aportes efetivos em caixa realizados no exercício. A conclusão desse processo foi postergada em função da reestruturação societária da Companhia em andamento no período, que impactou o cumprimento dos requisitos formais necessários à sua conversão em capital social integralizado.

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Informações das controladas em 31 de dezembro de 2025											Participação da Controladora					
Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custo	Resultado do exercício	Participação societária (%)	No patrimônio líquido		No resultado		Total	
											31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
BSOL	122.327	269.020	22.655	3.431	377.091	363.325	19.045	18.069	1.936	100%	363.325	130.227	1.936	(2.636)	365.261	127.591
BSE2	335	7.201	3.401	21	5.071	3.916	311	21	198	100%	3.916	9.219	198	(888)	4.114	8.331
BSE3	453	2.370	769	162	1.374	1.502	211	-	390	100%	1.502	1.743	390	(249)	1.892	1.494
BSE4	-	-	-	-	-	-	22.367	4.111	-	-	-	99.733	-	(13.276)	-	86.457
BSE5	2.840	30.157	9.856	3.819	10.260	17.696	9.603	6.130	1.626	100%	17.696	17.798	1.626	(837)	19.322	16.961
BSE6	714	2.818	1.724	198	2.126	942	329	-	668	100%	942	1.440	668	(568)	1.610	872
BSE7	7.887	8.410	4.959	1.063	1	(866)	6.340	-	11.141	100%	(866)	7.094	11.141	(1.327)	10.275	5.767
BSE8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.009	-	1.650	-	26.659
BSE9	3.123	9.482	1.437	(52)	51	7.358	-	-	3.862	100%	7.358	(6)	3.862	6.024	11.220	6.018
BSE10	5.770	2.472	3.158	292	1	2.439	1.854	-	2.353	100%	2.439	6.152	2.353	2.518	4.792	8.670
BSE11	-	-	-	-	-	-	87.747	69.123	-	-	-	75.465	-	9.359	-	84.824
BSE12	15.661	154.989	6.639	39.026	1	89.038	84.275	28.409	35.947	100%	89.038	75.105	35.947	18.271	124.985	93.376
BSE13	-	1	1	-	1	-	-	-	-	100%	-	2	-	(2)	-	-
BSE14	-	-	-	-	-	-	934	-	-	-	-	1	-	341	-	342
BSE15	113	1	110	(7)	1	9	-	-	2	100%	9	4	2	(5)	11	(1)
BSE16	19.345	70.992	9.650	5.307	25.366	81.480	2.272	-	(6.100)	100%	81.480	38.890	(6.100)	8.198	75.380	47.088
BSE17	-	99.692	119	14	95.996	81.519	-	-	18.040	100%	81.519	64.205	18.040	(3.701)	99.559	60.504
BSE18	157	614	52	-	390	718	-	-	1	100%	718	1	1	(33)	719	(32)
BSE19	5.013	76.626	(24.928)	-	-	107.124	-	-	(557)	100%	107.124	104.856	(557)	(20.437)	106.567	84.419
BSE20	-	1	2	-	-	(1)	-	-	-	100%	(1)	-	-	(1)	(1)	(1)
BSE21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%	-	-	-	-	-	-
BSE22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%	-	-	-	-	-	-
BSE23	7	56	(4)	-	68	68	-	-	(1)	100%	68	-	(1)	-	67	-
BSE33	3.244	3.146	6.083	16	-	320	-	-	(29)	100%	320	-	(29)	-	291	-
BESS	57	246	72	-	1	324	-	-	(93)	100%	324	-	(93)	-	231	-
BRIC	5.826	2.621	6.294	-	603	1.729	9.013	-	424	95%	1.643	2.792	403	(2.481)	2.046	311
BRAM	6.176	415	5.259	-	1	(470)	8.171	1.232	1.802	100%	(470)	183	1.802	(823)	1.332	(640)
BSUB	-	-	-	-	-	-	1.593	5	-	-	-	11.164	-	1.067	-	12.231
UMAR	2.401	73.353	16.274	16.953	31.744	29.742	68.747	49.739	12.785	100%	29.742	-	12.785	-	42.527	-
UCPA	1.086	23.692	3.960	3.880	16.298	16.297	22.486	21.695	641	100%	16.297	-	641	-	16.938	-
UISE	1.036	18.882	(22)	4.867	14.759	14.669	17.389	16.948	404	100%	14.669	-	404	-	15.073	-
Lucro não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.403)	-	(2.403)	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	818.792	671.077	83.016	164	901.808	671.241

16 Imobilizado - consolidado

<i>Custo</i>	Terrenos	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e acessórios	Software	Imobilizado em andamento ¹	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.154	883	1.341	40	4	135	-	222.665	228.222
Combinação de negócios (nota 1.2)	-	-	-	-	-	-	-	270.869	270.869
Adições	1.600	624	23	2	33	4	814	328.141	331.241
Baixas	-	-	-	-	(1)	(66)	-	(672.048)	(672.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.754	1.507	1.364	42	36	73	814	149.627	158.217
Combinação de negócios (nota 1.2)	-	-	-	-	-	-	-	85.805	85.805
Adições	-	73	1.543	10	109	-	1.150	193.492	196.377
Baixas	-	-	-	-	(5)	-	(97)	(186.976)	(187.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.754	1.580	2.907	52	140	73	1.867	241.948	253.321
<i>Depreciação acumulada</i>									
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	(175)	(193)	(6)	-	(2)	-	-	(376)
Adições	-	(224)	(248)	(5)	(2)	(2)	(25)	-	(506)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(399)	(441)	(11)	(2)	(4)	(25)	-	(882)
Adições	-	(300)	(888)	(4)	(31)	(3)	-	-	(1.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(699)	(1.329)	(15)	(33)	(7)	(25)	-	(2.108)
Total em 31 de dezembro de 2024	4.754	1.108	923	31	34	69	789	149.627	157.335
Total em 31 de dezembro de 2025	4.754	881	1.578	37	107	66	1.842	241.948	251.213
Vida útil (anos)		5	4	10	10	10	5		

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade do teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

- (1) O Imobilizado em andamento apresenta toda a evolução dos projetos. No momento do envio do aviso de COD e do reconhecimento tanto da receita quanto dos direitos creditórios imobiliários, é realizada a baixa do imobilizado pelo custo. Tal procedimento, segue o estabelecido no CPC 27 - Ativo Imobilizado, item 67 – O valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado: (i) por ocasião de sua alienação; ou (ii) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação. Aplica-se o conceito estabelecido no item 3.2 em relação à entrega do projeto ao cliente no âmbito do contrato ELA.

17 Intangível - consolidado

	Ágio	Mais-valias contratos BTS	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	-	-
Adições (i)	825	111.136	111.961
Baixas	-	(111.136)	(111.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	825	-	825
Combinação de negócios (ii)	-	23.122	23.122
Amortização	-	(192)	(192)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	825	22.930	23.755

- (i) Ágio gerado na combinação de negócios, decorrente da aquisição, por sua controlada, BSE16, de empresas de Usinas Solares em 30 de novembro de 2024 (nota explicativa 1.2).
- (ii) Trata-se das mais-valias decorrentes das combinações de negócios fechadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme a nota explicativa 1.2.

18 Arrendamento - consolidado

Ativo de direito de uso

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	2.859	15.483
Adições	22.361	2.356
Amortizações	(826)	-
Baixas	(21.477)	(29.486)
Baixas (reversões) de ajuste e valor presente	(107)	14.506
Saldo em 31 de dezembro	2.810	2.859

Os contratos de arrendamento estão substancialmente atrelados ao direito de uso de superfície e ao direito de uso de móveis.

Os direitos de uso adquiridos pela Companhia e por suas controladas estão diretamente vinculados aos projetos. A Companhia realiza contratos de direito real de superfície com prazo médio de 20 anos. Quando um projeto que contém o direito real de superfície é entregue ao cliente, a posse do direito de uso é transferida ao cliente juntamente com todo o custo de investimento do projeto. Desta forma, a Companhia baixa o direito de uso. O contrato de direito real de superfície não se atualiza até o decorrer de 12 meses.

Passivo de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, os valores são apresentados nos seus valores presentes, com taxa de desconto média de 8,24% a 13,22% e índice de reajuste pelo IPCA. Desta forma, o usuário da demonstração consegue evidenciar o valor do dinheiro no tempo. Os contratos em questão fazem referência ao ativo de direito de uso.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	33.639	20.736
Adições	22.361	15.778
Pagamento principal	(2.906)	(3.505)
Pagamento juros	(1.520)	(1.833)
Reversão - Baixa obrigações - projetos Enersim1-9 (securitizações)	-	(35.326)
Reversão AVP	-	35.956
Juros a apropriar	2.617	1.833
Saldo em 31 de dezembro de 2024	54.191	33.639
Passivo circulante	803	1.676
Passivo não circulante	53.388	31.963
Total	54.191	33.639

Os contratos de arrendamento possuem um prazo médio residual de 25,6 anos, com último vencimento em 2054.

O fluxo de pagamentos previsto está apresentado na tabela abaixo.

	31/12/2025
Até 1 ano	803
Entre 1 e 2 anos	899
Entre 2 e 5 anos	1.799
Mais de 5 anos	50.690
Total	54.191

19 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo apresentava os seguintes saldos de empréstimos e financiamentos:

				Controladora		Consolidado	
				Ano de			
	Moeda	Taxa anual de juros	vencimento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil	R\$	DI + 3.4% a.a.	2027	-	-	-	2.208
Banco do Brasil	R\$	IPCA + 13% a.a.	2025	-	-	3.420	5.830
Bradesco	R\$	Pré, 13% a.a.	2028	-	-	5.382	7.183
True Securitizadora	R\$	IPCA + 10,95% a.a.	2035	-	-	-	56.797
Oliveira Trust	R\$	IPCA + 11,65% a.a. (Fase Inicial) / IPCA + 10,95% a.a. (Pós-completion)	2035	-	-	-	10.338
		TFC Pré + 14,425% a.a. a 15,182% a.a. / TFC Pré +					
Banco do Brasil	R\$	13,241% a.a. a 14,732% a.a. (com desconto adimplência)	2033 a 2034	-	-	-	33.415
BNB	R\$	TFC Pós + 0,967% a.a. a 2,1003% a.a.	2025 a 2041	-	-	10.138	37.845
BNDES	R\$	Fundo Clima: 2.52% a.a. pré / FAT: IPCA + 6,98% a.a.	2040	-	-	111.976	39.008
Santander	R\$	DI + 4,63% a.a.	2025	-	-	-	5.093
Canal Companhia de Securitização	R\$	IPCA + 9,10% a.a. a 11,045% a.a.	2028 a 2041	-	-	180.531	-
		Ativo - USD + 7,2339% a.a. a 7,4121% a.a. e					
Bradesco	R\$	Passivo - DI + 2,75% a.a.	2026	-	-	35.797	-
Bradesco	R\$	DI + 2,6% a.a. a 3,0133% a.a.	2027 a 2032	399.461	315.272	399.461	315.272
Total				399.461	315.272	746.705	512.989
Passivo circulante				200.000	-	276.644	104.633
Passivo não circulante				199.461	285.317	470.061	408.356
Total				399.461	285.317	746.705	512.989

A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos nos exercícios foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	285.317	191.064	512.989	191.064
(+) Combinação de negócios (nota explicativa 1.2)	-	-	-	182.570
(+) Captação	114.566	285.317	402.137	320.039
(+) Provisão de juros	54.023	6.815	99.251	24.959
(-) Pagamento principal	-	(184.248)	(170.378)	(184.248)
(-) Pagamento de juros	(54.445)	(13.631)	(97.294)	(21.395)
Saldo final	399.461	285.317	746.705	512.989

Os empréstimos junto a instituições financeiras são destinados ao capital de giro e a investimentos em ativos, com contratos firmados em condições compatíveis com o mercado.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval dos acionistas e possuem cláusulas de compromissos financeiros (“Covenants”) a serem cumpridas, sendo obrigados a manter a alavancagem inferior a 1x do patrimônio líquido, cujo teste somente será realizado a determinados gatilhos, e.g. tomada de novo endividamento no nível da controladora.

No que se refere às cláusulas restritivas não financeiras, a Companhia obteve, junto ao Oliveira Trust, a carta de isenção pelo prazo de apresentação das demonstrações financeiras auditadas até 31 de março de 2026, com posterior prorrogação até 31 de maio de 2026.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos contratados estão distribuídos conforme apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	200.000	276.644
Entre 1 e 2 anos	199.461	145.519
Entre 2 e 5 anos	-	101.786
Acima de 5 anos	-	222.756
Total	399.461	746.705

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	2.642	433	14.745	44.609
Provisão custos BTS (a)	-	-	65.681	27.126
Total	2.642	433	80.426	71.735

- (a) A provisão de custos foi constituída com base nos contratos firmados com fornecedores. A realização desses custos ocorrerá nas datas acordadas (marcos futuros). No momento do COD (Commercial Operation Date), reconhecemos os custos totais dos projetos de acordo com o princípio contábil da competência, refletindo, no resultado operacional, o custo efetivo de sua conclusão.

21 Contas a pagar por combinação de negócios - consolidado

Os saldos apresentados abaixo correspondem aos valores em aberto de *earn-out* e de parcelas retidas, negociados nas operações de combinação de negócios apresentadas na nota explicativa 1.2. Os vencimentos estão previstos para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026.

	31/12/2025	31/12/2024
Projetos PMNE	-	26.791
BC Usinas	33.611	33.611
Aquisições UFVs 2025	15.099	-
Total	48.710	60.402

No contexto das tratativas comerciais na aquisição da BC Usinas, está sendo acordada a alteração do período de apuração do *earn-out* originalmente previsto no SPA (cláusulas 2.7.1 e 2.7.3). Em substituição ao período inicial (de janeiro de 2025 a dezembro de 2025), o *earn-out* passará a ser apurado de dezembro de 2025 a agosto de 2026, com pagamento estimado para setembro de 2026.

22 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de bônus e gratificações	-	-	8.726	9.270
Provisão de férias	-	-	2.889	1.426
Encargos sociais	180	54	1.584	2.802
Outros	-	-	285	-
Total	180	54	13.484	13.498

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total em 1º de janeiro	9.270	-
Pagamento	(15.999)	-
Reversão	(6.729)	-
Provisão	4.732	9.270
Total em 31 de dezembro	8.726	9.270

23 Contingências

O Grupo é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, faz análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Com base nesta avaliação, a Diretoria registou provisão para cobrir as prováveis perdas decorrentes de processos de natureza trabalhista, que totalizam R\$ 4 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não existem provisões para contingências prováveis a serem registradas na Companhia (Controladora).

Contingências possíveis

O Grupo também é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação e opinião legal de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível nos montantes, controladora e consolidado, de R\$ 1.261 e R\$ 3.807 (R\$ 1.097 e R\$ 3.367 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída relacionada a esse assunto, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

Os processos trabalhistas referem-se, substancialmente, a reclamações de reversão do pedido de demissão para rescisão indireta, de pagamento de verbas rescisórias e de FGTS decorrentes da rescisão indireta, de descaracterização de jornada, com o consequente pagamento de horas extras, de indenização pela supressão do intervalo intrajornada, de adicional de periculosidade, de adicional de insalubridade, de indenização por danos morais, entre outros.

Os processos administrativos referem-se, substancialmente, ao auto de infração para a cobrança de supostos débitos devidos a título de ISSQN, oriundos do Contrato Específico de Serviços de Engenharia, Fornecimento e Construção de Usinas Fotovoltaicas (EPC), bem como à apreensão de partes e peças de gerador fotovoltaico transportadas desacompanhadas das respectivas notas fiscais, entre outros.

24 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta da Companhia é o BlackRock Brazil Infrastructure FIP, detentor de 46,05% das ações ordinárias, cuja controladora final é a BlackRock, Inc. O segundo maior acionista, Siemens Participações Ltda., detentor de 37,24% das ações ordinárias, é controlado indiretamente pela Siemens Aktiengesellschaft, sociedade constituída na Alemanha, por meio da Siemens Intern. Holding B.V. (Países Baixos) e da Siemens Brasil Ltda. Os demais acionistas são a BlackEarth, LLC (8,35%), David Betancur Gómez (4,18%) e Jorge A. Tamariz Amador (4,18%).

b. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos – notas de débito		
BSOL	5	868
BSE4	64	-
BSE7	1	41
BSUB	71	-
BSE9	41	21
BSE10	-	26
BSE12	342	196
BRAMA BA	5.241	3.468
BRAMA MG	2	-
Garantido Locação de Equipamentos Ltda.	26	-
BSE11	212	35
BSE15	108	108
BSE16	549	451
BSE18	43	43
BSE19	190	44
BSE2	13	2
BSE5	95	83
BRAMA OPS	4	-
Total	7.007	5.386
Circulante	6.974	5.386
Não circulante	33	-
	31/12/2025	31/12/2024
Outras obrigações – notas de débito		
BSE9	2.001	-
Brasol Aluguel de Módulos de Energia Solar Ltda.	196	196
BSOL	-	15.737
Total	2.197	15.933
Circulante	2.001	59
Não circulante	196	15.874

c. Operações com o pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui sócios, conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladora				
Honorários diretoria	6.547	4.310	11.426	6.279
Benefícios de curto prazo (i)	347	268	959	541
Total	6.894	4.578	12.385	6.820

d. Pagamento baseado em ações

Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações

A Brasol aprovou, em 28 de dezembro de 2023, um Plano de Opção de Compra de Ações (Stock Option Plan – SOP) destinado a profissionais com função estratégica na Companhia, com o objetivo de promover a retenção de talentos e o alinhamento dos interesses dos administradores e empregados com os interesses dos acionistas, em consonância com o desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia.

De acordo com o plano, a Companhia classifica as transações de pagamento baseado em ações como liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais (equity-settled), nos termos do CPC 10 (R1) / IFRS 2. O valor justo dos instrumentos outorgados foi mensurado nas datas de outorga pelo modelo de precificação de Black-Scholes e não é remensurado em datas subsequentes.

A despesa correspondente é reconhecida linearmente ao longo do período de carência (vesting), contado a partir da data de outorga até as respectivas datas de exercício previstas em contrato, com contrapartida a crédito na reserva de opções de ações no patrimônio líquido.

Plano de opção de compra de ações – Outorgas de dezembro de 2023

Em 28 de dezembro de 2023, a Brasol celebrou contratos de Stock Option Plan (SOP) com três executivos da Companhia e as opções a eles outorgadas conferem o direito de adquirirem ações ordinárias da Companhia ao preço de exercício (strike price) de R\$ 0,01 por ação, pelo prazo contratual de 4 anos, com vesting anual condicionado ao atingimento de indicadores de desempenho aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base na melhor estimativa da Administração na data da outorga não foi considerado atingimento das metas de desempenho e, consequentemente, não foi ajustada a quantidade de instrumentos patrimoniais outorgados.

Plano de opção de compra de ações – Outorga de novembro de 2025

Em 10 de novembro de 2025, a Brasol celebrou contrato de Stock Option Plan com um executivo, outorgando-lhe opções de compra de 65.597 ações ordinárias da Companhia ao preço de exercício (strike price) de R\$ 1,00 por ação, com vesting linear ao longo de 4 anos a partir da data de outorga, sem a existência de condições de desempenho.

Abaixo apresentamos o resumo consolidado das outorgas em vigor em 31 de dezembro de 2025:

Data da outorga	Total outorgado (opções)	Saldo remanescente
28/12/2023	392.876	73.666
10/11/2025	65.597	65.597
Total	458.473	139.263

Mensuração do valor justo

O valor justo das opções outorgadas foi mensurado na data de outorga com base no modelo de precificação de Black-Scholes, conforme estudo técnico elaborado por especialista independente. Condições de desempenho não-mercado não são consideradas na estimativa de valor justo das opções outorgadas nas datas de outorga, sendo tratadas como ajustes na estimativa do número de opções que se espera que se tornem exercíveis.

As premissas utilizadas na avaliação do valor justo na data de outorga foram as seguintes:

Premissa	Outorga dez/2023	Outorga nov/2025
Datas de outorga	28/12/2023	10/11/2025
Valuation na data de outorga	432.500	648.666
Valor da ação na data de outorga (R\$)	63,32	49,44
Preço de exercício (strike price) (R\$)	0,01	1,00
Volatilidade esperada	22,60%	22,60%
Taxa livre de risco (NTN-B)	9,75% a.a.	9,75% a.a.
Spread de crédito	10,15% a.a.	10,15% a.a.
Prazo contratual	4 anos (1.007 d.u.)	4 anos (1.003 d.u.)
Valor justo unitário da opção (B&S) (R\$)	63,32	49,01

A volatilidade esperada foi estimada com base na volatilidade histórica de empresas comparáveis do setor de energia renovável listadas na B3 (Engie Brasil, EDP Renováveis, Scatec ASA e Audax Renovables S.A.), considerando o período proporcional ao prazo contratual de cada outorga. A taxa livre de risco foi calculada com base nos títulos públicos federais (NTN-B), acrescida de spread de crédito, refletindo o perfil de risco da Companhia.

Lançamentos contábeis e movimentação da reserva de opções

A Companhia reconhece a despesa com remuneração baseada em ações a débito no resultado do exercício e a crédito na reserva de opções de ações (patrimônio líquido). Por ocasião do exercício das opções, o saldo acumulado da reserva é transferido a crédito para o capital social da Companhia.

A seguir apresentamos a movimentação projetada dos lançamentos contábeis por beneficiário, considerando as opções vestidas e exercidas até 31 de dezembro de 2025:

Data outorga	Natureza	dez/25	dez/26	dez/27	Total
28/12/2023	Opções em vesting	4.664	-	-	4.664
	Opções exercidas	(10.884)	-	-	(10.884)
10/11/2025	Opções em vesting	1.071	-	-	1.071

O lançamento de opções exercidas representa a transferência do saldo da Reserva de Opções para o Capital Social, sem impacto no resultado do exercício. A despesa total reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referente ao plano de pagamento baseado em ações liquidável em instrumentos patrimoniais foi de R\$ 4.664 (nota explicativa 27), com contrapartida a crédito na reserva de opções de ações no patrimônio líquido.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 206.881 dividido em 12.660.930 ações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 4.415, aumentando o capital social de R\$ 202.466 para R\$ 206.881, dividido em 12.660.930 ações, advinda da variação cambial oriunda do investimento da Helius Brazil S.A. (BlackRock).

b. Reserva de capital

A Companhia e suas controladas registram uma reserva de capital social mediante a entrada do acionista BlackRock.

Conforme estatuto registrado, o valor da reserva de capital será integralizado, obrigatoriamente, nas “chamadas de capital”, para atender às demandas de projetos e aos pré-requisitos acordados.

O valor de reserva de capital, no montante de R\$ 346.596, está constituído por:

- (i) R\$ 36.484 destinado a Escrow Account;
- (ii) R\$ 166.758 aportado em transferência bancária; e
- (iii) R\$ 143.354 contabilizado em ativos recebíveis, na realização das “chamadas de capital” e nas despesas da transação, conforme estatuto e contrato.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social realizado ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu reserva legal, uma vez que o saldo da reserva de capital excedia o limite de 30% do capital social realizado, conforme previsto na lei citada anteriormente. Dessa forma, não houve destinação adicional de 5% do lucro líquido do exercício para a formação de reserva legal no exercício.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos como aquisições e de capital de giro.

Reserva de remuneração baseada em ações

A Companhia reconhece, em reserva de capital, os efeitos decorrentes de planos de remuneração baseada em ações concedidos a administradores e colaboradores, mensurados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor é apropriado ao resultado ao longo do período de aquisição de direito (vesting), em contrapartida à referida reserva, não havendo saída de caixa associada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva reflete o montante de R\$ 4.664 das despesas reconhecidas até 31 de dezembro de 2025.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de (i) 0,01% até 26 de dezembro de 2026, e (ii) 5% depois desta data em diante, dos lucros líquidos distribuíveis da Companhia em cada ano civil, ajustado na forma da lei.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval dos acionistas e possuem cláusulas de compromissos financeiros (“Covenants”) a serem cumpridas, sendo obrigados a manter a alavancagem inferior a 1x do patrimônio líquido, cujo teste somente será realizado a determinados gatilhos e.g. tomada de novo endividamento no nível da controladora, e a não distribuição de dividendos antes da primeira amortização, conforme ata de assembleia extraordinária realizada em 19 de junho de 2024, aprovando a emissão das debêntures.

26 Receita

	Operações continuadas		Operações descontinuadas (nota explicativa 31)		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de arrendamento (a)	1.100.754	2.243.778	99.379	-	1.200.133	2.243.778
Receita EOA	13.756	17.626	-	-	13.756	17.626
Serviços prestados	3.318	4.768	-	-	3.318	4.768
Ajuste a valor presente (b)	(511.912)	(1.239.257)	(49.053)	-	(560.965)	(1.239.257)
Receita bruta	605.916	1.026.915	50.326	-	656.242	1.026.915
(-) Deduções						
Tributos	(48.904)	(101.437)	(1.825)	-	(50.729)	(101.437)
Receita líquida	557.012	925.478	48.501	-	605.513	925.478

- (a) Correspondente aos valores estabelecidos nos contratos de arrendamento (CPC 06 – (R3)) por ter atingido a obrigação de performance e aquisição de negócios através “M&A” dos grupos (projetos que estão em plenas operações) da Companhia e suas controladas.
- (b) O Grupo reconhece suas receitas líquidas de contratos de ELA com base no valor do investimento líquido, correspondente ao investimento bruto ajustado a valor presente, em contrapartida à receita na demonstração do resultado do exercício, de modo que a receita total do contrato é apresentada líquida do respectivo ajuste a valor presente, conforme previsto no CPC 12. Subsequentemente, ao longo do prazo dos contratos, a Companhia apropria mensalmente o ajuste a valor presente ao resultado, revertendo gradualmente o efeito inicial registrado no reconhecimento da receita, de forma que, ao término do contrato, o saldo do ajuste a valor presente esteja integralmente revertido.

27 Custos e despesas

	Controladora		Operações continuadas		Operações descontinuadas (nota explicativa 31)		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos de construção – projetos (i)	-	-	(323.738)	(821.015)	(27.443)	-	(351.191)	(821.015)
Custos de operação - EOA	-	-	-	(3.448)	-	-	-	(3.448)
Custos de mercadoria vendida	-	-	-	(8.334)	-	-	-	(8.334)
Encargos financeiros apropriados - arrendamento	-	-	(2.617)	-	-	-	(2.617)	-
Baixa de <i>Earn-out</i>	-	-	13.718	-	-	-	13.718	-
Serviços de terceiros	(4.021)	(3.650)	(34.503)	(11.408)	-	-	(34.503)	(11.408)
Despesas operacionais	(31.185)	(3.230)	(21.834)	(7.558)	(668)	-	(22.492)	(7.558)
Seguros	(86)	(38)	(528)	(181)	-	-	(528)	(181)
Salários e pró-labore	(6.547)	(7.836)	(29.302)	(27.461)	-	-	(29.302)	(27.461)
Bônus	-	-	(15.732)	(5.130)	-	-	(15.732)	(5.130)
Férias e 13º salário	-	-	(5.555)	(3.752)	-	-	(5.555)	(3.752)
Encargos	(697)	(862)	(12.056)	(8.490)	-	-	(12.056)	(8.490)
Benefícios a funcionários	(355)	(167)	(6.927)	(4.125)	-	-	(6.927)	(4.125)
Plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa 24.d)	(4.664)	-	(4.664)	-	-	-	(4.664)	-
Crédito de PIS e COFINS (nota explicativa 14.1)	-	-	16.031	30.521	-	-	16.031	30.521
Compra vantajosa (nota explicativa 1.2)	-	-	1.869	-	-	-	1.869	-
Outras receitas (despesas)	10.811	(8.335)	(5.518)	(10.473)	-	-	(5.518)	(10.473)
Total	(36.744)	(24.118)	(431.356)	(880.854)	(28.111)	-	(459.467)	(880.854)
Segregação por função:								
Custos	-	-	(326.355)	(802.276)	(27.443)	-	(353.808)	(802.276)
Despesas gerais e administrativas	(47.555)	(15.783)	(131.101)	(68.105)	(668)	-	(131.769)	(68.105)
Outras receitas (despesas) líquidas	10.811	(8.335)	26.100	(10.473)	-	-	26.100	(10.473)
Total	(36.744)	(24.118)	(431.356)	(880.854)	(28.111)	-	(459.467)	(880.854)

28 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Operações continuadas		Operações descontinuadas (nota explicativa 31)		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras								
Juros sobre aplicações financeiras	15.034	10.370	23.126	19.844	-	-	23.126	19.844
Outras receitas financeiras	22.272	-	22.926	203	-	-	22.926	203
Variações cambiais ativas	6	14.655	7	14.655	-	-	7	14.655
Variações ativa swap	-	-	8.962	-	-	-	8.962	-
Securitizações – CRI	-	29.652	-	29.652	-	-	-	29.652
Total	37.312	54.677	55.021	64.354	-	-	55.021	64.354
Despesas financeiras								
Juros passivos	(24)	(12)	(882)	(158)	-	-	(882)	(158)
Despesas bancárias	(434)	(463)	(2.042)	(657)	-	-	(2.042)	(657)
Perda financeira (a)	-	-	(70)	(72.582)	-	-	(70)	(72.582)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(54.023)	(24.959)	(99.251)	(24.959)	-	-	(99.251)	(24.959)
Comissões bancárias	(2.836)	(3.963)	(7.675)	(3.966)	-	-	(7.675)	(3.966)
Variações cambiais passivas	-	(13.979)	-	(13.979)	-	-	-	(13.979)
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(1.303)	(1.289)	(1.303)	-	-	(1.289)	(1.303)
Outras despesas financeiras	(663)	(1.308)	(4.113)	(2.121)	(2)	-	(4.115)	(2.121)
Total	(57.980)	(45.987)	(115.322)	(119.725)	(2)	-	(115.324)	(119.725)
Resultado financeiro	(20.668)	8.690	(60.301)	(55.372)	(2)	-	(60.303)	(55.371)

- (a) A perda financeira é decorrente de operação de securitização, pela diferença entre o fluxo líquido gerado pela operação de securitização e o valor presente dos recebíveis que foram cedidos.

29 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos níveis na hierarquia do valor justo, em 31 de dezembro de 2025. Não foram incluídas informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao valor justo, quando o valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo.

	Notas	Hierarquia valor justo	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025		31/12/2025	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados a valor justo						
Aplicações financeiras	9	Nível 2	18.963	18.963	84.716	84.716
Aplicações financeiras	10	Nível 2	-	-	1.179	1.179
Ativos financeiros	11	Nível 2	1	1	1	1
Total			18.964	18.964	85.896	85.896
Ativos financeiros não mensurados a valor justo						
Bancos	9	Nível 2	36	36	15.406	15.406
Contas a receber	12	Nível 2	-	-	1.207.702	1.207.702
Outros créditos		Nível 2	7.007	7.007	8.538	8.538
Total			7.043	7.043	1.231.646	1.231.646
Passivos financeiros não mensurados a valor justo						
Empréstimos e financiamentos	19	Nível 2	399.461	448.395	746.705	838.176
Arrendamentos a pagar	18	Nível 2	-	-	54.191	54.191
Contas a pagar de combinação de negócios	21	Nível 2	-	-	48.710	48.710
Outras obrigações	24	Nível 2	2.197	2.197	11.768	11.768
Total			401.658	450.592	861.374	952.845

Os ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial estão registrados pelos respectivos valores contábeis, que, de forma geral, refletem aproximações razoáveis de seus valores justos, conforme os critérios detalhados nas notas explicativas das práticas contábeis adotadas. O controle desses instrumentos é realizado por meio de políticas e estratégias operacionais voltadas à busca de liquidez, rentabilidade e segurança, contando com acompanhamento constante pela Administração do Grupo.

O Grupo participam de operações com instrumentos financeiros cujos riscos são geridos de forma integrada, por meio de sistemas de controle e monitoramento de limites de exposição. A Administração entende que a gestão adequada de riscos é fundamental para a sustentabilidade e crescimento rentável dos negócios. Entre os principais riscos do ambiente operacional, destacam-se a exposição às variações das taxas de câmbio e à volatilidade das taxas de juros.

O objetivo do gerenciamento de riscos é mitigar impactos adversos não previstos nos resultados financeiros decorrentes dessas variações. A avaliação da eficácia das estratégias adotadas e dos resultados obtidos é realizada ao término dos respectivos contratos, buscando alinhamento contínuo com os objetivos corporativos e com as melhores práticas de mercado.

30 Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

No geral, a Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual o Grupo está exposto, considerando as características das contrapartes, sua qualidade creditícia, os níveis de concentração e a relevância dos valores em relação ao faturamento.

O valor máximo exposto pelo Grupo ao risco de crédito corresponde aos valores abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Bancos	9	36	1.570	15.406	37.407
Aplicações financeiras	9/10	18.963	85.302	85.895	152.806
Ativos financeiros	11	1	-	1	-
Contas a receber	12	-	-	1.207.702	785.071
Outros créditos		7.008	5.386	8.539	31.267
Total		26.008	92.258	1.317.543	1.006.551
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	19	399.461	285.317	746.705	512.989
Total		399.461	285.317	746.705	512.989

O Grupo detinha caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 18.999 na controladora e R\$ 100.122 no consolidado (R\$ 3.851 e R\$ 107.192, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024), mantidos junto a bancos e instituições financeiras com rating entre A- e AAA, segundo a agência de rating Standard & Poor's.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía determinados saldos de contas a receber vencidos, em montante considerado não relevante pela Administração, motivo pelo qual não há provisão para redução ao valor recuperável a ser constituída nesta data, tendo em vista que os contratos com clientes possuem prazos de longo prazo e contemplam mecanismos contratuais de mitigação de risco, incluindo aplicação de multas por inadimplência e possibilidade de transferência dos contratos a novos clientes. Dessa forma, a Administração entende que não há expectativa de perdas relevantes relativas aos referidos recebíveis nesta data, em conformidade com os preceitos do CPC 48 – Instrumentos financeiros.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado diretamente pela Administração, a fim de mitigar riscos nas decisões tomadas. Há acompanhamento dos resultados e das adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Entre esses, o acompanhamento permanente de contas a receber e ajustes às necessidades dos clientes, para eliminar qualquer tipo de inadimplência.

Os adiantamentos a fornecedores têm sua avaliação de crédito realizada no momento da assinatura do contrato de fornecimento e os adiantamentos seguem os contratos e a política interna para sua realização.

Adicionalmente, as taxas de desconto utilizadas na mensuração desses ativos buscam refletir o perfil de risco dos contratos, incluindo fatores associados ao risco de crédito.

(ii) **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados por meio de pagamentos em caixa ou de outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos, de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros consolidados					
Empréstimos e instrumentos financeiros	342.073	254.243	192.596	290.346	1.079.258
Arrendamento a pagar	3.892	4.039	12.986	124.326	145.243
Fornecedores	80.426	-	-	-	80.426
Contas a pagar de combinação de negócios	48.710	-	-	-	48.710
Outras obrigações	9.905	1.863	-	-	11.768
Total	485.006	260.145	205.582	414.672	1.365.405

Não se espera que os fluxos de caixa ocorram de forma significativamente antecipada ou em valores substancialmente diferentes dos previstos. Para garantir a continuidade operacional, o Grupo conta com o suporte financeiro de seus acionistas, conforme detalhado nas notas explicativas anteriores.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio, juros e preços de matérias-primas, impactem os resultados do Grupo ou o valor de suas posições em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar e administrar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, otimizar o retorno financeiro das operações.

A Administração monitora continuamente o mercado e suas oscilações. Para mitigar esse risco, o Grupo procura antecipar movimentos do mercado por meio do uso de inteligência de dados e pela aquisição de matérias-primas nacionalizadas. Além disso, existe uma revisão constante, de proposta a proposta, das condições de mercado, permitindo o ajuste de descontos e da oferta de valor ao cliente final.

No que se refere ao gerenciamento de risco cambial, o Grupo busca identificá-lo e mitigá-lo de forma integrada, por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial (“swap cambial”).

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía dois contratos de swap com vencimentos para 2026, conforme apresentado abaixo:

Instituição financeira	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor nocional
Bradesco	USD + 7,2339% a.a.	CDI + 2,75% a.a.	2.939 USD
Bradesco	USD + 7,4121% a.a.	CDI + 2,75% a.a.	3.499 USD

A ponta passiva dos swaps cambiais está exposta ao CDI. Para fins de análise de sensibilidade dessas operações, o Grupo realizou uma análise de sensibilidade para estimar o impacto que eventuais variações nessa taxa poderiam causar no patrimônio líquido e no resultado do exercício, como uma deterioração da ponta passiva, considerando os seguintes cenários: cenário 1 considera as taxas de juros atuais na data das demonstrações financeiras; cenário 2 simula uma variação de 25% nas taxas; e o cenário 3 considera uma variação de 50%.

Os efeitos das possíveis oscilações, estão detalhados nas tabelas a seguir:

	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenário 1 provável	Valor	Cenário 2	Cenário 3
Swap (ponta passiva)	6.438 USD	CDI	12,25%	789	25% 986	50% 1.183

(iv) Risco de taxa de juros

o Grupo possui aplicações financeiras indexadas ao CDI e contas a receber de clientes indexadas ao IPCA.

Exposição ao risco de taxa de juros - consolidado

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis era:

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	9/10	85.895	152.806
Contas a receber	12	<u>1.207.702</u>	<u>785.071</u>
Total		<u>1.293.597</u>	<u>937.877</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	19	<u>746.705</u>	<u>512.989</u>
Total		<u>746.705</u>	<u>512.989</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base nos saldos dos instrumentos financeiros e nas taxas de juros vigentes, o Grupo realizou uma análise de sensibilidade para estimar o impacto que eventuais variações nessas taxas poderiam causar no patrimônio líquido e no resultado do exercício, conforme as premissas descritas a seguir. O cenário 1 considera as taxas de juros atuais na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 simula uma variação de 25% nas taxas, enquanto o cenário 3 considera uma variação de 50%. Os efeitos das possíveis oscilações, tanto de apreciação quanto de depreciação das taxas de juros, estão detalhados nas tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação e depreciação das taxas – consolidado

	Exposição	Cenário 1		Valorização		Desvalorização	
	31/12/2025 Risco	provável	Valor	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 2	Cenário 3
				25%	50%	25%	50%
Aplicações financeiras	85.895 CDI	12,25%	10.522	13.153	15.783	7.892	5.261
Contas a receber	1.207.702 IPCA	4,00%	48.308	60.385	72.462	36.231	24.154
Empréstimos e financiamentos	746.705 CDI	12,25%	91.471	114.339	137.207	68.604	45.736
Total	546.892		(32.641)	(40.801)	(48.962)	(24.481)	(16.321)

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da CETIP, na data-base do último dia útil de dezembro de 2025 e o IPCA foi extraído da base do IBGE, acumulado até a data-base do último dia útil de dezembro de 2025.

31 Operações descontinuadas

Através do Acordo de Cessão de Quotas e Outras Avenças firmado em 17 de outubro de 2025, o Grupo vendeu a participação detida nas controladas UFV Saltinho e UFV São Manuel, pelos valores de R\$ 17.275 e R\$ 15.009, respectivamente, apurando uma perda nesta operação de R\$ 9.520, apresentada na rubrica de prejuízo das operações descontinuadas, no resultado do exercício.

Com base no que dispõe o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, quando uma operação é classificada como descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. A UFV Saltinho e a UFV São Manuel foram adquiridas no mesmo exercício de sua venda (nota explicativa nº 1.2), não sendo aplicável a reapresentação dessas demonstrações financeiras.

Sendo assim, o quadro a seguir demonstra a composição dos resultados da UFV Saltinho e da UFV São Manuel auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (até a data da efetivação da venda), uma vez que tais resultados foram apresentados em uma única linha nas demonstrações de resultados, como operações descontinuadas.

No período em que fizeram parte do grupo, a empresa Saltinho contribuiu com uma receita operacional líquida de R\$ 25.285 e lucro de R\$ 8.049 e a empresa São Manuel contribuiu com uma receita operacional líquida de R\$ 23.216 e lucro de R\$ 8.502.

	UFV Saltinho	UFV São Manuel
Receita operacional líquida	25.285	23.216
Custos	(14.766)	(12.677)
Lucro bruto	10.519	10.539
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(467)	(201)
Lucro (Prejuízos) antes do resultado financeiro	10.052	10.338
Despesas financeiras	(1)	(1)
Total resultado financeiro	(1)	(1)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.051	10.337
Imposto de renda e contribuição social	(2.002)	(1.835)
Lucro do exercício	8.049	8.502

32 Eventos subsequentes

Reforma tributária

A reforma tributária adota um modelo baseado em um Imposto sobre Valor Agregado - IVA repartido (“IVA dual”), composto por duas competências: uma federal, denominada Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), que substituirá o PIS e a COFINS; e outra subnacional, o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), que substituirá os tributos ICMS e ISS. Além disso, foi instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da Lei Complementar nº 214/25 e Lei Complementar 227/26, que estabelecem a regulamentação preliminar da reforma tributária no Brasil.

A transição para o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, período em que os dois sistemas tributários – o antigo e o novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados acima, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Portanto, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Diretor Presidente
Tyler Eldridge
CPF: 086.651.231-48

Contadora responsável
Érica Andrea Jonas
CRC - SP-202667/O-0